Agricultura e Abastecimento

GABINETE DO SECRETÁRIO

Resolução Conjunta SIMA/SAA-2, de 29-4-2020

Altera dispositivos da Resolução Conjunta SIMA/SAA 2, de 14/3/2018

Os Secretários de Infraestrutura e Meio Ambiente e de Agricultura e Abastecimento resolvem:

Artigo 1º - Os incisos I, II e III, do artigo 1º, da Resolução Conjunta SIMA/SAA 2, de 14/3/2018, passam a vigorar com as seguintes redações:

- "I - Pela Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente:
a) Titular: Isabel Fonseca Barcellos, portadora do RG 16.119.564-7, e
b) Suplente: Gabriela de Abreu Grizzo, portadora do RG 50.705.602-4.
II - Pela Secretaria de Agricultura e Abastecimento:
a) Titular: Araci Kamiyama, portadora do RG 16.932.148-4, e
b) Suplente: Andrea Mayumi Chin Sendoda, portadora do RG 33.771.049-1.
III - Pela Associação de Agricultura Orgânica:
a) Titular: Márcio Stanziani, portador do RG 9.864.429-4, e
b) Suplente: Marcio Arthur Oliveira de Menezes, portador do RG 200.082 - SEPC/AC."

Artigo 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 13/3/2019. (Processo SMA 2.836/2016 e SAA-PRC-2020/04149)

AGÊNCIA PAULISTA DE TECNOLOGIA DOS AGRONEGÓCIOS

Despachos do Coordenador, de 30-4-2020

Ratificando:

nos termos do disposto no artigo 26, da Lei Federal 8.666/93, atualizada pelas leis 8.883/94 e 9.648/98, combinada com o artigo 26 da Lei Estadual 6.544/89, a inexigibilidade de licitação, reconhecida pelo Diretor Técnico de Departamento Substituto, do Instituto Agrônômico, com fundamento no artigo 25, "caput", do citado Estatuto Federal Licitatório, para atender as despesas com energia elétrica, empresa CPFL-Companhia Paulista de Força e Luz, observado todos os aspectos jurídicos e administrativos pertinentes.(PSAA 2020/02436);

nos termos do disposto no artigo 26, da Lei Federal 8.666/93, atualizada pelas leis 8.883/94 e 9.648/98, combinada com o artigo 26 da Lei Estadual 6.544/89, a inexigibilidade de licitação, reconhecida pelo Diretor Técnico de Departamento Substituto, do Instituto Agrônômico, com fundamento no artigo 25, "caput", do citado Estatuto Federal Licitatório, para atender as despesas com energia elétrica, empresa Elektro Redes S/A, observado todos os aspectos jurídicos e administrativos pertinentes.(PSAA 2020/02452);

nos termos do disposto no artigo 26, da Lei Federal 8.666/93, atualizada pelas leis 8.883/94 e 9.648/98, combinada com o artigo 26 da Lei Estadual 6.544/89, a inexigibilidade de licitação, reconhecida pelo Diretor Técnico de Departamento Substituto, do Instituto Agrônômico, com fundamento no artigo 25, "caput", do citado Estatuto Federal Licitatório, para atender as despesas com água e esgoto, empresa DAE-Departamento de Água e Esgoto, observado todos os aspectos jurídicos e administrativos pertinentes.(PSAA 2020/02447);

nos termos do disposto no artigo 26, da Lei Federal 8.666/93, atualizada pelas leis 8.883/94 e 9.648/98, combinada com o artigo 26 da Lei Estadual 6.544/89, a inexigibilidade de licitação, reconhecida pelo Diretor Técnico de Departamento Substituto, do Instituto Agrônômico, com fundamento no artigo 25, "caput", do citado Estatuto Federal Licitatório, para atender as despesas com água e esgoto, empresa SANASA-Sociedade de Abastecimento de Água e Saneamento S/A, observado todos os aspectos jurídicos e administrativos pertinentes.(PSAA 2020/02443);

nos termos do disposto no artigo 26, da Lei Federal 8.666/93, atualizada pelas leis 8.883/94 e 9.648/98, combinada com o artigo 26 da Lei Estadual 6.544/89, a inexigibilidade de licitação, reconhecida pelo Diretor Técnico de Departamento Substituto, do Instituto Agrônômico, com fundamento no artigo 25, "caput", do citado Estatuto Federal Licitatório, para atender as despesas com energia elétrica, empresa Companhia Jaguarí de Energia S/A, observado todos os aspectos jurídicos e administrativos pertinentes.(PSAA 2020/02442);

nos termos do disposto no artigo 26, da Lei Federal 8.666/93, atualizada pelas leis 8.883/94 e 9.648/98, combinada com o artigo 26 da Lei Estadual 6.544/89, a inexigibilidade de licitação, reconhecida pelo Diretor Técnico de Departamento Substituto, do Instituto Agrônômico, com fundamento no artigo 25, "caput", do citado Estatuto Federal Licitatório, para atender as despesas com energia elétrica, empresa Companhia Piratininga de Força e Luz, observado todos os aspectos jurídicos e administrativos pertinentes.(PSAA 2020/02440).

DEPARTAMENTO DE DESCENTRALIZAÇÃO DO DESENVOLVIMENTO

Comunicado

O Diretor Técnico de Departamento, do Departamento de Descentralização do Desenvolvimento, da Agência Paulista de Tecnologia dos Agronegócios, da Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo, faz saber que se encontra disponível para alienação no Polo Regional do Leste Paulista: PRODUTO UNIDADE QUANTIDADE ESTIMADA - KG VALOR (KG) - R\$ Mandioca de Mesa KG 650 R\$ 2,80
Os produtos estarão disponíveis a partir do dia 01-06-2020, até o dia 30-08-2020, de Segunda a Sexta Feira das 08h às 10h h e das 14h às 16h h. Endereço: Estrada Vicinal Nelson Taufic Nacif, Km 03 - CEP 13910-000 - Cidade: Monte Alegre do Sul/SP. Tel.: (19) 3899-1022. Observação: Para a aquisição dos produtos o interessado deverá comunicar-se previamente via telefone para certificar-se da disponibilidade. (Proc. SAA 4.288/2020)

COORDENADORIA DE DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL

DEPARTAMENTO DE SEMENTES, MUDAS E MATRIZES

Portaria DSMM-s/nº, de 29-4-2020

Designa o responsável pelo acompanhamento e fiscalização da execução do Contrato DSMM 01/2020 (Processo SAA PRC 2020/01686), firmado em 06-04-2020, com Altair Muller Correa

O Diretor Substituto do Departamento de Sementes, Mudanças e Matrizes (DSMM), da Coordenadoria de Desenvolvimento Rural Sustentável, da Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo, conforme artigo 1.º, inciso IX, da Resolução SAA-50, de 20-09-2007, e com fulcro nos artigos 67 e 73 da Lei Federal 8.666/93 e artigo 10 do Decreto 42.857 de 11/02/98, resolve:

Artigo 1º - Designar o funcionário Fernando Alves dos Santos, portador do RG. 42.143.845-9, na qualidade de fiscal e Verusa Alvim Casteldim e Souza, portador do RG. 28.431.076-1, na qualidade de suplente, para acompanhamento e fiscali-

zação da execução do Contrato DSMM 01/2020, firmado em 06-04-2020, com a empresa Altair Muller Correa, objetivando a prestação de serviços, não contínuos, de colheita de soja na Fazenda Ataliba Leonel.

Artigo 2º - Retroagindo seus efeitos até 07-04-2020.

Artigo 3º - Esta portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Portaria DSMM-s/nº, de 29-4-2020

Designa o responsável pelo acompanhamento e fiscalização da execução do Contrato DSMM 02/2020 (Processo SAA PRC 2020/01686), firmado em 06-04-2020, com Anderson Rafael André Fernandes

O Diretor Substituto do Departamento de Sementes, Mudanças e Matrizes (DSMM), da Coordenadoria de Desenvolvimento Rural Sustentável, da Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo, conforme artigo 1.º, inciso IX, da Resolução SAA-50, de 20-09-2007, e com fulcro nos artigos 67 e 73 da Lei Federal 8.666/93 e artigo 10 do Decreto 42.857 de 11/02/98, resolve:

Artigo 1º - Designar o funcionário Fernando Alves dos Santos, portador do RG. 42.143.845-9, na qualidade de fiscal e Verusa Alvim Casteldim e Souza, portador do RG. 28.431.076-1, na qualidade de suplente, para acompanhamento e fiscalização da execução do Contrato DSMM 02/2020, firmado em 06-04-2020, com a empresa Anderson Rafael André Fernandes, objetivando a prestação de serviços, não contínuos, de colheita de soja na Fazenda Ataliba Leonel.

Artigo 2º - Retroagindo seus efeitos até 07-04-2020.

Artigo 3º - Esta portaria entra em vigor na data da sua publicação.

COORDENADORIA DE DEFESA AGROPECUÁRIA

CENTRO DE FISCALIZAÇÃO DE INSUMOS E CONSERVAÇÃO DO SOLO

Despachos do Diretor, de 30-4-2020

Aplicando:

a Kleber Douglas Lourenço - Processo SAA 2019/00067, a Penalidade de "Advertência" por infração a: (1) DF 4074/02, Art 62. (2) DF 4074/02, Art 52 c/c Art 53 § 1º;

a Horácio Lourenço Cordeiro - Processo SAA 2019/00018, a Penalidade de "Advertência" por infração a: (1) DF 4074/02, Art 62. (2) DF 4074/02, Art 52 c/c Art 53 § 1º;

a Rui Terão - Processo SAA 2019/00010, a Penalidade de "Advertência" por infração a: (1) DF 4074/02, Art 62. (2) DF 4074/02, Art 52 c/c Art 53 § 1º;

a Américo Tatsuo Mishima e Outros - Processo SAA 2019/00278, a Penalidade de "Advertência" por infração a: (1) DF 4074/02, Art 62;

a Felipe Rodrigues Guino Trigo - Processo SAA 2019/00388, a Penalidade de "Advertência" por infração a: (1) LF 7802/89, Art 14, a c/c DF 4074/02, Art 66 c/c Art 85, I;

a Ouro Safra Indústria e Comércio Ltda - Processo SAA 2019/00939, a Penalidade de "Advertência" por infração a: (1) DF 4074/02, Art 62;

a Wendell Humberto Machado - Processo SAA 2019/00940, a Penalidade de "Advertência" por infração a: (1) DF 4074/02, Art 66 c/c Art 85, I;

a Prefeitura Municipal de Itapeva - Processo SAA 2019/00941, a Penalidade de "Advertência" por infração a: (1) LF 7802/89, Art 14 b, c/c DF 4074/02, Art 84, VII c/c Art 85, I. (2) DF 4074/02, Art 53 § 4. (3) DF 4074/02, Art 52 c/c Art 53 § 1º. (4) LF 7802/89, Art 6º § 4º c/c DF 4074/02, Art 53 § 5º;

a Belagrícola Comércio e Representações de Produtos Agrícolas S.A. - Processo SAA 2019/00241, a Penalidade de "Advertência" por infração a: (1) LF 7802/89, Art 13 c/c DF 4074/02, Art 64;

a Walmir Ragozoni Barrachi - Processo SAA 2019/00297, a Penalidade de "Advertência" por infração a: (1) (1) DF 4074/02, Art 62. (2) DF 4074/02, Art 52 c/c Art 53 § 1º.

COORDENADORIA DE DESENVOLVIMENTO DOS AGRONEGÓCIOS

CENTRO ADMINISTRATIVO

NÚCLEO DE SUPRIMENTOS

Extrato de Contrato

Em atendimento aos requisitos constitucionais, legais e em especial ao artigo 4º da Lei Federal 13.979 /2020.

Contrato Codeagro 01/2020

PSAA 3.460/2020

Fundamento Legal: Dispensa de Licitação estabelecida pelo artigo 4º da Lei federal 13.979/2020, emergência Covid-19.

Parecer Jurídico: 64/2020

Contratante: Coordenadoria de Desenvolvimento dos Agronegócios - Codeagro

CNPJ 46.384.400/0098-71

Contratada: Blockchain Academy Treinamento e Consultoria Ltda CNPJ: 27.418.127/0001-81

Objeto: Contratação de prestação de serviço de estruturação e implementação de projetos de soluções de base tecnológica para o agronegócio do Estado de São Paulo.

Vigência do Contrato: 3 meses

Valor do Contrato: R\$ 210.000,00

Nota de Empenho: 2020NE0066

Data da assinatura: 13-04-2020

Classificação Orçamentária: UGE 130175

Programa de Trabalho 20.606.1317.4453.0000

Natureza de Despesa 33.90.39.99

Destinação: 1. Criação de novos canais online de venda e escoamento de produtos oferecidos no por pequenos e médios produtores rurais, bem como nos entrepostos, visando manter o a segurança alimentar do Estado e simultaneamente colaborar com a contínua prestação deste serviço essencial à população; 2. No aporte de inteligência para organização e análise de certos dados detidos por esta secretaria (Lupa e outros) para, em seguida, promover sua análise e a proposição, em escala nacional e internacional, de outras soluções de processamento das bases para desenho de solução estratégicas focadas nos desafios que a pandemia do Coronavírus propõe à segurança alimentar do Estado e dos entraves de produção, distribuição e comercialização de alimentos.

Direitos da Pessoa com Deficiência

GABINETE DA SECRETÁRIA

Termo Aditivo

Processo SEDPCD-PRC-2020/0005
Termo de Convênio 003/2020 (Termo de Parceria)
Termo Aditivo 001/2020 – Rerratificação e Aditamento
Partícipe: Secretaria de Estado dos Direitos da Pessoa com Deficiência

Partícipe: Instituto Luz aos Cegos – CNPJ 28.042.628/0001-79
Objeto: O Termo aditivo de rerratificação e Aditamento ao Termo de Convênio assinado em 09-01-2020, publicado no D.O. em 10-01-2020, compreende a transferência de recursos finan-

ceiros destinados a implementação do programa de inclusão para pessoas com deficiência – São Paulo Inclui, cujo objeto da parceria é a Inclusão Informatizada, conforme plano de trabalho. Valor Total do Ajuste: R\$ 112.644,86, sendo de responsabilidade do Estado o valor de R\$ 99.998,38 e de responsabilidade da OSC o valor de R\$ 12.646,48.

Crédito Orçamentário: UGE 47.101; PT 14.422.4700.5963.0000; ND 335043

Vigência: 12 meses a partir da data da celebração

Data da celebração: 09-01-2020

Data do aditivo: 30-04-2020

Educação

GABINETE DO SECRETÁRIO

Resolução Seduc - 49, de 30-4-2020

Dispõe sobre a prestação de contas das unidades executoras representativas da comunidade escolar - Associações de Pais e Mestres beneficiadas pelo Programa Dinheiro Direto na Escola Paulista - PDDE Paulista

O Secretário da Educação resolve:

Artigo 1º - A prestação de contas do Programa Dinheiro Direto na Escola Paulista - PDDE Paulista, instituído pela Lei 17.149, de 13-09-2019, e regulamentado pelo Decreto 64.644, de 5 de dezembro de 2019, obedecerá às normas desta resolução.

Parágrafo único - O Manual de Execução do PDDE Paulista estabelecerá normas complementares para o processo de prestação de contas.

Artigo 2º - As prestações de contas dos recursos do PDDE Paulista deverão ser encaminhadas pelas unidades executoras até o último dia útil de janeiro do ano subsequente à efetivação do crédito para análise do Centro de Administração, Finanças e Infraestrutura da Diretoria de Ensino da circunscrição da unidade escolar, instruídas com:

I - extratos da conta bancária específica em que os recursos foram depositados e das aplicações financeiras realizadas;

II - identificação das despesas realizadas, com os nomes e os números de inscrição no Cadastro de Pessoa Física - CPF ou no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ dos fornecedores de material e dos prestadores dos serviços contratados;

III - outros documentos que concorram para a inequívoca comprovação da destinação dada aos recursos.

§1º - O representante legal da unidade executora fica obrigado a efetuar a prestação de contas, independentemente do prazo estabelecido no "caput" deste artigo, por ocasião de sua substituição ou do término de seu mandato.

§2º - A prestação de contas de que trata o §1º deste artigo deverá ser encaminhada para análise do Centro de Administração, Finanças e Infraestrutura em até 30 dias a contar da substituição ou do término do mandato do representante legal da unidade executora.

Artigo 3º - Serão aprovadas as contas, quando demonstrada, de forma clara e objetiva pelos documentos comprobatórios, a correção dos recursos públicos, e a observância das condições e limites dos repasses estabelecidos pela Secretaria da Educação.

Artigo 4º - Serão identificadas aprovadas com ressalvas, as contas em que forem identificadas irregularidades de natureza formal, das quais não resulte danos ao erário.

Artigo 5º - Serão consideradas reprovadas as contas em que sejam identificadas uma das seguintes irregularidades:

I - omissão do dever de prestar contas no prazo estabelecido pelo "caput" do artigo 2º desta Resolução;

II - dano ao erário decorrente de ato de gestão contrário ao direito ou antieconômico;

III - desfalque ou desvio de dinheiro, bens ou valores públicos.

Artigo 6º - A reprovação das contas implicará na:

I - recomendação de dispensa dos gestores dos recursos das funções de Diretor Executivo e Financeiro, além de providências para responsabilização pelos danos causados;

II - instauração de tomada de contas nos termos da legislação própria;

III - suspensão dos repasses até regularização das contas.

Artigo 7º - A análise da prestação de contas dos recursos do PDDE Paulista será realizada pelas Diretorias de Ensino, por intermédio dos Centros de Administração, Finanças e Infraestrutura - CAFs.

§1º - Os Supervisores de Ensino poderão realizar auditoria in loco, para verificação da aplicação dos recursos do PDDE Paulista pelas unidades executoras.

§2º - Os Diretores dos Centros de Administração, Finanças e Infraestrutura emitirão parecer sobre a prestação de contas no prazo de até 60 dias.

§3º - Constatadas pendências na prestação de contas, o Diretor do Centro de Administração, Finanças e Infraestrutura notificará o gestor da unidade executora para regularização no prazo de até 15 dias.

Artigo 8º - Compete ao Dirigente Regional de Ensino, no prazo de até 30 dias contados do recebimento do parecer de que trata o §2º, do artigo 7º, desta Resolução, decidir sobre a prestação de contas.

Artigo 9º - Da decisão do Dirigente Regional de Ensino que considerar reprovadas as contas caberá recurso administrativo, a ser interposto no prazo de 15 dias, ao Coordenador da Coordenadoria de Orçamento e Finanças.

Artigo 10 - Decorrido o prazo de que trata o artigo 9º desta Resolução sem a interposição de recurso ou, interposto recurso, mantida a decisão de considerar reprovadas as contas, o Dirigente Regional de Ensino deverá promover a cobrança administrativa e amigável do débito das unidades executoras.

§1º - O débito de que trata o "caput" deste artigo será cobrado diretamente dos responsáveis quando decorrer de:

1. prática de ato de improbidade administrativa, nos termos do parágrafo único, do artigo 1º, da Lei Federal 8.429, de 2 de junho de 1992;

2. abuso da personalidade jurídica, caracterizado pelo desvio de finalidade ou pela confusão patrimonial, nos termos do artigo 50 do Código Civil.

§2º - O pagamento do débito das unidades executoras poderá, mediante justificativa prévia, ser parcelado em até 60 prestações mensais e sucessivas.

Artigo 11 - Quando as contas forem consideradas reprovadas com fundamento nos incisos II ou III, do artigo 5º, desta Resolução, o Dirigente Regional de Ensino deverá protocolizar representação contra os gestores dos recursos da unidade executora perante o órgão do Ministério Público Estadual para adoção de eventuais providências no âmbito daquela Instituição.

Parágrafo único - A representação de que trata o "caput" deste artigo deverá ser instruída com:

1. qualificação dos gestores dos recursos da unidade executora.

2. documento que comprove os repasses dos recursos do Programa PDDE Paulista para a unidade executora;

3. relatório sucinto da destinação dada pela unidade executora aos recursos recebidos pelo Programa PDDE Paulista;

4. cópia do parecer sobre a prestação de contas de que trata o §2º, do artigo 7º, e da decisão do Dirigente Regional de Ensino, de que trata o artigo 9º, todos desta Resolução;

5. cópia da decisão do Coordenador da Coordenadoria de Orçamento e Finanças, se houver.

Artigo 12 - As unidades executoras que tiverem sua prestação de contas considerada reprovada voltarão a receber o repasse dos recursos do Programa PDDE Paulista após:

I - iniciado o pagamento parcelado do débito ou protocolizada a representação perante o órgão do Ministério Público Estadual;

II - comprovada pela unidade executora a dispensa dos gestores dos recursos das funções de Diretor Executivo e Financeiro.

Artigo 13 - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

CHEFIA DE GABINETE

Despacho da Chefe de Gabinete, de 29-4-2020

Assunto: Parecer da Comissão Permanente de Análise de Chamamento Público

A Secretaria de Estado da Educação de São Paulo publicou, em 26-03-2020, o Chamamento Público 01, voltado para empresas de Tecnologia e de Educação, que possibilitem, sem ônus para o Estado, dar suporte às atividades pedagógicas das unidades escolares de maneira remota, em face da pandemia do COVID-19.

Conforme o que dispõe o item 1.2 do edital "As inscrições objeto do presente chamamento público poderão ser apresentadas a partir da data da publicação deste Edital até o período de retomada das aulas na rede pública de ensino", verifica-se que as inscrições permanecem abertas às empresas interessadas.

A empresa Blue Duck Educacao do Brasil Ltda manifestou-se por meio do endereço eletrônico chamamentopub.seduc@educacao.sp.gov.br, em 15/04/20, enviando sua proposta e a documentação, estando ambas alinhadas com as exigências do edital. Diante disso e, considerando o parecer técnico favorável da Coordenadoria Pedagógica (COPEP), a Comissão Permanente de Análise de Chamamento Público, instituída por meio da Resolução Seduc-64, de 14-03-2019, e alterada pela Resolução 37, de 2 de abril de 2020, delibera pelo aceite da proposta e submete ao Secretário da Educação, para deferimento das fases deste Edital de Chamamento e convocação da proposta deferida.

Despacho da Chefe de Gabinete, de 30-4-2020

Assunto: Parecer da Comissão Permanente de Análise de Chamamento Público

A Secretaria de Estado da Educação de São Paulo publicou, em 26-03-2020, o Chamamento Público 01, voltado para empresas de Tecnologia e de Educação, que possibilitem, sem ônus para o Estado, dar suporte às atividades pedagógicas das unidades escolares de maneira remota, em face da pandemia do Covid-19.

Conforme o que dispõe o item 1.2 do edital "As inscrições objeto do presente chamamento público poderão ser apresentadas a partir da data da publicação deste Edital até o período de retomada das aulas na rede pública de ensino", verifica-se que as inscrições permanecem abertas às empresas interessadas.

A empresa BLUE DUCK EDUCACAO DO BRASIL LTDA manifestou-se por meio do endereço eletrônico chamamentopub.seduc@educacao.sp.gov.br, em 15/04/20, enviando sua proposta e a documentação, estando ambas alinhadas com as exigências do edital. Diante disso e, considerando o parecer técnico favorável da Coordenadoria Pedagógica (COPEP), a Comissão Permanente de Análise de Chamamento Público, instituída por meio da Resolução Seduc-64, de 14-03-2019, e alterada pela Resolução 37, de 02-04-2020, delibera pelo aceite da proposta e submete ao Secretário da Educação, para deferimento das fases deste Edital de Chamamento e convocação da proposta deferida.

CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO

Portaria CEE/GP-129, de 30-04-2020

O Presidente do Conselho Estadual de Educação, nos termos do Decreto 9.887/77, e de conformidade com a Deliberação CEE 162/2018, bem como o Parecer CEE 124/2020, aprovado pelo Conselho Pleno na reunião realizada em 29-04-2020, resolve:

Art. 1º - O Curso Técnico em Veterinária, do Colégio Tableau/Jacaré, passa a ser ofertado em caráter regular no Sistema de Ensino do Estado de São Paulo.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Portaria CEE/GP-130, de 30-04-2020

O Presidente do Conselho Estadual de Educação, nos termos do Decreto 9.887/77 e de conformidade com a Deliberação CEE 97/2010 e Parecer CEE 126/2020, aprovado pelo Conselho Pleno na reunião realizada em 29-04-2020, resolve:

Art. 1º - Aprovar, por três anos, com fundamento na Deliberação CEE 97/2010, o Recredenciamento do Colégio Liberdade, localizado à Rua Inhabatã 65, Bairro de São Miguel Paulista em São Paulo, jurisdição da DER Leste 2, com a continuidade da oferta do Curso Técnico em Transações Imobiliárias, na modalidade a distância.